

RESUMO DO COMPONENTE CURRICULAR

DADOS GERAIS DO COMPONENTE CURRICULAR

Tipo do Componente Curricular:	MÓDULO
Unidade Responsável:	COORDENAÇÃO PÓS GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO CULTURAS E IDENTIDADES-PRPG (11.01.29.17.16)
Código:	PECI7316
Nome:	POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL
Carga Horária Teórica:	60 h.
Carga Horária Prática:	0 h.
Carga Horária de Ead:	0 h.
Carga Horária Total:	60 h.
Excluir da Avaliação Institucional:	Não
Matriculável On-Line:	Sim
Horário Flexível da Turma:	Não
Horário Flexível do Docente:	Sim
Obrigatoriedade de Conceito:	Sim
Pode Criar Turma Sem Solicitação:	Não
Necessita de Orientador:	Não
Exige Horário:	Sim
Permite CH Compartilhada:	Não
Quantidade de Avaliações:	1
Ementa/Descrição:	Concepções de educação para a primeira infância. Legislação nacional, políticas e programas dirigidos à primeira infância e a trajetória da institucionalização da educação para as crianças de 0 a 6 anos no Brasil. Financiamento da Educação Infantil e o Fundeb. Políticas de acesso e qualidade e o Proinfância. Formação docente para a Educação Infantil. Políticas de currículo, RCNEI, DCNEI e BNCC. Política de avaliação, avaliação de contexto e Indicadores nacionais da Educação Infantil no país.
Referências:	Bibliografia: BONDIOLI, A; SAVIO, D (orgs). Participação e Qualidade em Educação da Infância: Percursos de compartilhamento reflexivo em contextos educativos. Curitiba: UFPR, 2013. BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 1988. BRASIL. ECA: Estatuto da criança e do adolescente. Lei federal nº 8.069 de 13/07/90. BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996. BRASIL. Lei n.10.172, de 09 janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 2001. BRASIL. Parâmetros básicos de infraestrutura para instituições de Educação Infantil. Brasília: MEC/SEB, 2006. BRASIL. Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil. Volumes 1 e 2. Brasília: MEC/SEB, 2006. BRASIL. Política nacional de educação infantil: pelo direito das crianças de zero a seis anos à educação. Brasília: MEC/SEB, 2006. BRASIL. Lei nº. 11.494, de 20 de junho de 2007. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 21 jun. de 2007. BRASIL. Resolução no. 6 de 24 de abril de 2007. Brasília, DF, 2007. BRASIL. Emenda Constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009. Diário Oficial da União, Brasília, 2009. BRASIL, Ministério da Educação. Critérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças/Maria Malta Campos e Fúlvia Rosemberg. – 6.ed. Brasília: MEC, SEB, 2009. BRASIL. Emenda Constitucional n. 59, de 11 de novembro de 2009. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 2009. BRASIL. Indicadores da qualidade na educação infantil. Secretaria de Educação Básica.

Brasília: Ministério da Educação, 2009. BRASIL. Orientações sobre convênios entre secretarias municipais de educação e instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos para a oferta de educação infantil. Brasília: MEC, SEB, 2009. BRASIL. Resolução CNE/CEB nº. 5, de 17 de dezembro de 2009. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília, DF, 2009. BRASIL. Lei Federal 13.005. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília, DF, 2014. BRASIL. Censo Escolar. MEC/INEP, 2018. CAMPOS, M. M.; FULLGRAF, J.; WIGGERS, V. A qualidade da educação infantil brasileira: alguns resultados de pesquisa. Cadernos de Pesquisa. São Paulo, n. 127, 2006. CAMPOS, Maria Malta; VIEIRA, Lívia Fraga. COVID-19 and early childhood in Brazil: impacts on children's well-being, education and care. European Early Childhood Education Research Journal, p. 1-16, 2021. COUTINHO, A. S.; CÔCO, V. Educação Infantil, políticas governamentais e mobilizações em tempos de pandemia. Práxis Educativa, v. 15, p. 1-15, 2020. CARA, D. O Custo Aluno-Qualidade Inicial como proposta de justiça federativa no PNE: Um primeiro passo rumo à educação pública de qualidade no Brasil. JORNAL DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS, nº 16, pp. 75-91, 2014. CÔCO, Valdete; VIEIRA, Maria Nilceia de Andrade; GIESEN, Karina de Fátima. Docência na Educação Infantil: desafios e perspectivas da formação inicial em pedagogia. Momento: diálogos em educação, v. 28, n. 1, p. 417-435, jan./abr. 2019. CORREA, Bianca Cristina. Políticas de educação infantil no Brasil: ensaio sobre os desafios para a concretização de um direito. Jornal de Políticas Educacionais, Paraná, n. 9, p. 20- 29, jan./jun. 2011. CORREA, B.C. A Educação Infantil. In: Oliveira, R. P. de e Adrião, T. (org.); Catani, A.M. [et al.]. Organização do ensino no Brasil: níveis e modalidades na Constituição Federal e na LDB. 2.ed. São Paulo: Xamã; 2007. CRUZ, Silvia Helena Vieira; MARTINS, Cristiane Amorim; DE ANDRADE CRUZ, Rosimeire Costa. A educação infantil e demandas postas pela pandemia: intersectorialidade, identidade e retorno às atividades presenciais. Zero-a-Seis, v. 23, n. Especial, p. 147-174, 2021. DIDONET, V. Avaliação das Políticas Públicas para a Primeira Infância. In: MORO et. al. A utilização de Métodos e Instrumentos padronizados de avaliação na primeira infância: convergências e divergências. Fortaleza, julho, 2016. FERNANDES, F. S. Políticas públicas e monitoramento na educação infantil. Estudos em Avaliação Educacional. São Paulo, v.25, n.58, p.44- 72, maio/agosto, 2014. FERREIRA, Eliza Bartolozzi; CÔCO, Valdete. Gestão na educação infantil e trabalho docente. Revista Retratos da Escola, Brasília, v.5, n.9, p.357- 370, 2011. GHIRALDELLI JR, Paulo. As concepções de infância e as teorias educacionais modernas e contemporâneas. Educação & Realidade, v. 25, n. 1, 2000. KRAMER, S. As Crianças de 0 a 6 anos nas políticas educacionais no Brasil: educação infantil e é fundamental. Educação & Sociedade, Campinas, vol. 27, n. 96: p. 797-818, Out. 2006. KUHLMANN Jr, M. Infância e Educação Infantil: uma abordagem histórica. Porto Alegre, RS, Mediação, 1998. LOCATELLI, Arinalda Silva; VIEIRA, Lívia Fraga. Condições de trabalho na Educação Infantil no Brasil: os desafios da profissionalização e da valorização docente. Educar em Revista, v. 35, n. 78, p. 263-281, 2019. NASCIMENTO, Simone Maria de Bastos; LIRA, Aliandra Cristina Mesomo. Marcos Legais para formação de professores da educação infantil e desafios à docência. Revista zero-a-seis, vol 19, nº 35 p. 99- 116, jan-jun 2019. NUNES, M. F. R. Proinfância e as estratégias municipais de atendimento a crianças de 0 a 6 anos. (Relatório de Pesquisa). Rio de Janeiro: Programa de Pós-graduação em Educação-UNIRIO, 2015. NUNES, Maria Fernanda Rezende; CORSINO, Patrícia; KRAMER, Sonia. Educação infantil e políticas municipais: um estudo longitudinal. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 43, n. 148, p. 152-175, jan./abr. 2013. PINTO, Adriana F.V.; FLORES, Maria L. R. Formação Inicial e Valorização das professoras na educação infantil. In: ALBUQUERQUE, Simone Santos de; FELIPE, Jane; CORSO, Luciana Vellinho (orgs.). Para Pensar a Educação Infantil em tempos de retrocesso: lutamos pela educação infantil. Porto Alegre: Evangraf, 2017. ROSEMBERG, F. Avaliação de programas, indicadores e projetos em educação infantil. Revista Brasileira de Educação, n. 16, p. 19-26, jan/fev/mar/abr. 2001. ROSEMBERG, F. Educação Infantil, classe, raça e gênero. Cadernos de Pesquisa, nº 96, p. 56-65, 1996. ROSEMBERG, F. O movimento de mulheres e a abertura política no Brasil: o caso da creche. In: Creche. Cortez/FCC, 1989, p. 90-103. SANTOS, M. O. dos; RIBEIRO, M.I.S. Educação Infantil: os desafios estão postos e o que estamos fazendo? Salvador: Soffset Gráfica e Editora, 2014. SILVA, Franceline Rodrigues; BRITO, José Eustáquio de. Financiamento Educacional e Valorização Docente na Educação Infantil. Revista Contemporânea de

Educação, v. 12, n. 24, p. 241-260, 2017. Simões, P. M. U., Barbosa, M. P., Barbosa, M. U. S., Lima, J. B., & dos Santos, E. F. S. (2021). n. 43-A IDENTIDADE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL: ANÁLISE A PARTIR DO PROINFÂNCIA. *Jornal de Políticas Educacionais*, 15. VIEIRA, Lívia Fraga; DE OLIVEIRA, Tiago Grama. As condições do trabalho docente na educação infantil no Brasil: alguns resultados de pesquisa (2002-2012). *Revista Educação em Questão*, v. 46, n. 32, 2013.

[<< Voltar](#)

Portal do Coordenador Stricto

SIGAA | Secretaria de Tecnologias Digitais (STD) - <https://servicosdigitais.ufrpe.br/help> | Copyright © 2006-2025 - UFRN - producao-jboss06.producao-jboss06 - v4.16.1-6